

EXPANSIONISMO MERIDIONAL LUSO-BRASILEIRO

Cel Cav MOACYR RIBEIRO COELHO

Oficial de Estado-Maior

SUMÁRIO

1ª PARTE — ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1. Término do período medieval
2. O Mundo Mediterrâneo e o intercâmbio com o Extremo Oriente
3. As "Rotas das especiarias" e o bloqueio turcomano
4. A navegação de alto mar
5. Os dois ciclos de navegação
 - a. Ciclo oriental
 - b. Ciclo ocidental
6. A divisão do mundo pela Santa Sé
7. As bulas de Alexandre VI
8. O Tratado de Tordesilhas
9. O conquistador ibérico
10. Linhas gerais dos dois expansionismos

2ª PARTE — CONQUISTA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

I — Expansionismo meridional luso-brasileiro

A. Quadro geral da evolução histórica

1. Primeiras expedições
2. Expedição colonizadora — Fundação de São Vicente
3. Capitânicas hereditárias
4. Governo geral — Dualidade e reintegração administrativa
5. Situação da colônia portuguesa em 1580
6. Conseqüências da dominação espanhola no Brasil

B. Os focos paulistas: São Vicente e São Paulo

1. Expansão litorânea
2. Povoamento do Planalto
3. Caracterização geo-econômica dos focos vicentino e paulista

II — Conquista e colonização do Rio da Prata

A. Fase dos Adelantados

1. Descobrimto e primeiras explorações
2. A expedição de Pedro de Mendoza — primeira fundação de Buenos Aires
3. Fundação de Assunção do Paraguai
4. Expansão territorial dos Adelantados — segunda fundação de Buenos Aires
5. Regime de governo — Adelantados e governantes interiores

B. A obra da catequese

1. Quadro geral das atividades jesuíticas
 - a. A obra de catequese
 - b. As reduções jesuíticas do Paraguai
 - c. Organização social e econômica das reduções inacianas
 - d. Importância político-militar
2. As quatro grandes províncias jesuíticas — Guaranis da primeira fase
 - a. Província de Guaíra — As reduções jesuíticas de Guaíra
 - b. Os redutos Itatins
 - c. Reduções do "Uruguai e Tapés"

3. O Estado Teocrático dos 73 Povos
 - a. Configuração do território
 - b. Localização dos Povos
 - c. Movimento demográfico nas reduções
 - d. Síntese histórica sobre os Sete Povos e Reduções em território oriental

III — O ciclo da caça ao índio

- A. Escravidão do indígena como imperativo económico
- B. As rotas das bandeiras
 1. Bandeiras em Guafrá
 2. Bandeiras nas reduções itatins
 3. Bandeiras no Rio Grande do Sul

IV — O povoamento do extremo sul

- A. Fundação da Colônia do Sacramento
- B. Sorocaba, Laguna e a irradiação para o sul
- C. Ocupação da margem norte do canal
- D. Fundação do Presídio do Rio Grande
- E. O ciclo açoriano
- F. O elemento humano

3ª PARTE — LUTAS PELA MANUTENÇÃO DA POSSE

I — Lutas em torno da Colônia do Sacramento

- A. Primeiro ataque à Colônia
- B. Segundo ataque
- C. Acórdão de 1735-1737 — Fundação do Presídio do Rio Grande

II — O Tratado de Madri e a Guerra Guaranítica

III — Dominação espanhola no Rio Grande

- A. O Distrito de El Pardo e suas conseqüências — Pedro Cevallos
- B. Campanha de 1762-1763
 1. Conquista da Colônia do Sacramento
 2. Invasão do Continente de São Pedro
 3. Situação das forças lusas e espanholas na região do Canal
- C. Campanha de 1773
 1. Operações militares
 2. O combate de Tabatinga
- D. Tentativas de restauração territorial
 1. Movimentação de tropas
 2. Reconquista da vila de Rio Grande
 3. Conquista do Forte de Santa Tecla
- E. Campanha de 1777
 1. Movimentação das forças
 2. Ocupação de Santa Catarina
 3. Ocupação da Colônia do Sacramento
 4. Nova ameaça sobre o Rio Grande

IV — O tratado de Santo Ildefonso e suas conseqüências para o Brasil

1ª PARTE

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1 — TÉRMINO DO PERÍODO MEDIEVAL

A partir do século XII, entra em decadência o sistema Feudal que se instalara na Europa após a derrocada do Império Romano. Empobrecidos e enfraquecidos pelas lutas constantes, os senhores feudais — aristocracias militarizadas que dominavam despoticamente uma sociedade rural constituída de camponeses — tornam-se prêsas fáceis das monarquias nacionais, cujo poder nascente vinha sendo favorecido pelo desenvolvimento incessante do comércio e ampliado pelo incremento das riquezas.

No decorrer do século XV um novo evento, fator político-econômico de transcendental importância, vem acelerar o processo de esboroamento da sociedade feudal e assinalar o início dos tempos modernos: são os grandes descobrimentos cuja significação social, geográfica, política e econômica revolucionou pelas bases o pequeno mundo medieval, estruturando-o em novas e grandiosas proporções.

2 — O MUNDO MEDITERRÂNEO E O INTERCÂMBIO COM O EXTREMO ORIENTE

O insulamento forçado em que viviam as populações até o limiar do século XV, a par da absoluta carência de conhecimentos geográficos sobre o planeta, restringia o mundo ocidental a uma pequena porção do globo que abrangia a Europa, o norte da África e a Ásia anterior.

Fora disso não tinham, os europeus, conhecimento positivo de mais país algum. A própria Europa não era de todo conhecida pois que as regiões austral e ocidental do continente permaneciam, em grande parte, ignoradas. Tudo o mais que se sabia do planeta não passava de notícias muito vagas, meras hipóteses baseadas em concepções errôneas nas quais predominavam a lenda e a fantasia.

O Cabo Bojador marcava o limite extremo da África até então identificada; o hemisfério ocidental era totalmente ignorado e a esfericidade do globo terráqueo constituía para os sábios, geógrafos e cosmógrafos da época, motivo de apaixonadas controvérsias.

Sobre os países do Extremo Oriente, cuja existência era notória, corriam notícias confusas veiculadas pelos raros viajantes que se aventuravam a tão longínquas paragens. Predominavam as referências a regiões vagamente identificadas pelas denominações de Catay (China), Cipango (Japão), Tartária, Indostão e Pérsia. De seguro, porém, sabia-se apenas que o Levante era sede de adiantadas civilizações de onde procediam as especiarias. Marco Polo, mercador veneziano que viveu vinte e dois anos na corte de Kublai-Khan, foi o grande divulgador das

magnificências orientais. O relato de suas viagens, publicado no século XV, tornou-o famoso tão grande era o interesse do medievo europeu pelo Oriente, matriz fecunda de civilizações milenárias e produtor exclusivo de canela, pimenta, cravo, chá, porcelanas e vistosas tapeçarias a que tanto se havia afeiçoado o gosto dos potentados feudais.

Testemunhando o constante interesse dos mercadores ocidentais, a História Medieval consigna diversas embaixadas aos países asiáticos e assinala o intenso e lucrativo comércio que tinha sedé no Mar Mediterrâneo.

3 — AS "ROTAS DAS ESPECIARIAS" E O BLOQUEIO TURCOMANO

Veneza, Gênova, Barcelona, Valência e Marselha competiam no transporte das mercadorias asiáticas, especialmente as duas primeiras que monopolizavam o comércio dos dois maiores empórios de intercâmbio com o Levante: Alexandria e Constantinopla.

As trocas se faziam através das célebres "rotas das especiarias", três longos caminhos que vindos do Extremo Oriente confluíam no Mediterrâneo.

O primeiro era o famoso caminho das caravanas, a celebrada "Estrada da Sêda" que vindo de Pequim via Samarcanda, atravessava todo o continente asiático para atingir o norte do Mar Cáspio. Daí as mercadorias atravessavam a Rússia e alcançavam o Mar Negro.

O segundo itinerário iniciava-se na costa ocidental da Índia e seguia o curso do Tigre até Bagdá, de onde as caravanas levavam as mercadorias aos pontos asiáticos do Mediterrâneo.

O terceiro partia das costas do Japão, seguia pelo Mar da China, Estreito de Málaca, Mar de Oman, Golfo de Aden e Mar Vermelho, de cujos portos eram as mercadorias transportadas para o Cairo e, depois, para Alexandria.

Desde o alvorecer do século XV, porém, os turcos otomanos, que na centúria anterior haviam lançado as bases de um poderoso império na Ásia Menor, começaram a afrontar a Europa com uma nova potência. Sua expansão através da Península Arábica, alastrou-se até a orla asiática do Mediterrâneo e foi jugulando, progressivamente, os pequenos portos que serviam de escoadouro ao centro comercial de Bagdá. Ao mesmo tempo que ameaçavam a "Estrada da Sêda", os turcos interceptavam a rota marítima que conduzia do Japão para Alexandria através do Golfo de Aden, Mar Vermelho e Cairo.

Com a queda de Alexandria em poder dos invasores, concretizou-se a segregação imposta às feitorias venezianas e a penúria e a escassez começaram a assolar a Europa; a queda de Constantinopla em 1453, cedendo aos turcos o contróle dos portos do Mar Negro, fechou a rota de Samarcanda.

Estava assim ultimado o bloqueio da Europa e, gravemente, comprometidas as suas relações comerciais com o Oriente. Não sendo praticável qualquer acôrdo com os poderosos e ferrenhos inimigos — estranhos pela raça, pela religião e pelos costumes — restava aos ocidentais a via marítima como único recurso para a restauração do tradicional intercâmbio.

Eis aí a idéia que, naqueles tempos, passou a constituir verdadeira obsessão: encontrar pelo oceano um caminho por onde se pudesse prosseguir comerciando com o Oriente.

4 — A NAVEGAÇÃO DE ALTO MAR

Tal propósito implicaria necessariamente em alargar o âmbito da navegação até então praticada, incursionando em alto mar.

Possibilitando êsse desiderato, as invasões mongólicas haviam introduzido a bússola na Europa. Por outro lado, a descoberta da imprensa e do papel — permitindo a difusão do livro de Marco Polo — estimulou a ambição dos mercadores e aventureiros.

Êste conjunto de circunstâncias, aliado à séria crise social e econômica que assolava o continente europeu, animou o espírito de empresa e estimulou a aventura oceânica, criando a navegação a vela e a astronáutica. Dessa forma, tènicamente aparelhada e psicologicamente amadurecida para o grande empreendimento, não tardaria que a Europa se fizesse ao “mar oceânico”.

Coube a primazia da iniciativa a Portugal, que havendo tomado com a Escola de Sagres a dianteira na arte de navegar, antecipou-se às demais nações, mesmo à espanhola que viria a ser a sua maior concorrente nos empreendimentos marítimos.

Portugal e Castela monopolizaram, na primeira arrancada, as rotas marítimas, mercê de sua situação geográfica e do progresso que ostentavam. Suas frotas ativas, suas indústrias florescentes (quase todas de origem muçulmana), possibilitavam-lhes um comércio que rivalizava no Mediterrâneo com os das repúblicas italianas ao mesmo tempo que, para o Norte, alongava-se até a França, Inglaterra e Flandres.

No afã de descobrir o nôvo caminho para as Índias, Portugal, já senhor de uma tradição naval e de técnica muito superior, procurou e alcançou a solução científica do problema, ao passo que Espanha, muito inferior em técnica de navegação e astronáutica, confiou o seu sucesso à intuição de Colombo.

5 — OS DOIS CICLOS DE NAVEGAÇÃO

a — Ciclo oriental

O acesso às Índias pela via oceânica apresentava dois caminhos igualmente incertos, desconhecidos e perigosos: o do ocidente, mar afora e o do oriente, deslizando de início para o Sul ao longo da costa africana até contornar-lhe o perímetro geográfico.

Portugal, pioneiro do "mar oceano", desde que se fizera ao mar guiado pelo espírito clarividente do Infante Dom Henrique, lançara-se para o Oriente bordejando o continente africano. Segundo alguns autores a preferência dos lusos pelo rumo oriental, no início do seu expansionismo, teve por objetivo a escravização dos negros à qual logo se veio acrescentar a atração pelo ouro da costa. Para outros, a razão disso está na guerra religiosa movida pelos portugueses aos muçulmanos, e que levou-os à conquista de Ceuta em 1415.

Qualquer que seja a interpretação, porém, o certo é que a arrancada lusa através dos mares teve como objetivo inicial reconhecer o périplo africano. Dom Henrique participou da conquista de Ceuta e é lícito supor que tenha recolhido aí, da tradição oral, elementos que o capacitaram a julgar praticável à viagem às Índias contornando o Continente Negro.

A materialização da idéia está na imediata criação, ainda em 1415, da famosa Escola de Náutica que passou a congregar os principais pilotos, geógrafos e cartógrafos da época e que se tornaria na fecunda matriz das mais arrojadas iniciativas.

As primeiras caravelas enviadas a explorar o oceano descobriram as Ilhas da Madeira e dos Açores (1419); em 1441, Antão Gonçalves chega à Costa do Ouro; Gil Eannes, em 1434, alcança o Bojador que, segundo a lenda marcava o avanço praticável ao homem, e seguiu adiante; Diniz Diaz descobriu a Guiné e as Ilhas do Cabo Verde (1446). Segue-se a descoberta de Gâmbia e, ao ocorrer em 1460 a morte do Infante Navegador, Portugal havia já em grande parte desvendado os contornos do Continente Negro.

Dom João II, cognominado o Príncipe Perfeito, foi o continuador da obra de Dom Henrique. Já agora sob o impacto econômico decorrente do bloqueio Turcomano, voltam as galeras a deslizar ao longo do contôrno africano: João de Santarém e Pedro Escobar cruzam o Equador (1472); Diogo Cão alcança o Congo (1474) e, em fevereiro de 1488, Bartolomeu Dias ultrapassando o Cabo das Tormentas pôde, finalmente, comprovar que a África tinha um fim.

Estava aberto o caminho para Calicut que Vasco da Gama percorreria em 1498 encerrando, dessa forma, o ciclo oriental de navegação, porfia quase secular que exigira do pequenino Portugal não apenas tenacidade e esforço mas, principalmente, arrôjo, abnegação e coragem.

Campeão absoluto das rotas oceânicas, a hememônia comercial e marítima saltou das cidades mediterrâneas para Lisboa que se tornou a metrópole cosmopolita, centro convergente da ciência, do comércio e da melhor técnica de navegação daquele tempo.

b — Ciclo ocidental

Antes porém que Portugal, correspondendo amplamente ao momento histórico, conseguisse ultimar o périplo africano, surge no cenário europeu um homem de gênio como arauto de uma idéia que,

sem ser totalmente nova, era para a época de certo modo revolucionária: atingir o Oriente navegando sempre para o Ocidente.

A nova tese — “el levante por el poniente” — constituiu o ciclo ocidental e teve em Colombo o seu idealizador e grande agente. Tal concepção, necessariamente baseada na esfericidade da terra, assinala um retorno às tradições já definidas na Antiguidade por Estrabão, Plínio Senior e Pompônio Mela, e, embora não conduzisse diretamente às Índias como esperava Colombo e se supôs de início, revestiu-se todavia de transcendental importância pois veio precipitar o descobrimento da América, acontecimento totalmente imprevisto e cujas verdadeiras proporções só muito mais tarde poderiam ser devidamente apreciadas.

O erro geográfico em que incorreu Colombo consistiu em atribuir ao planeta um diâmetro muito inferior ao que êle realmente possui; faltava, então, a noção, mesmo aproximada, da amplitude do meridiano terrestre, em cuja estimativa os geógrafos do século XV erravam muito mais que os matemáticos da Era Clássica.

O cálculo destes avaliava em dez mil léguas a distância, pelo Ocidente entre a Índia e a Espanha, ao passo que Colombo estimava o mesmo percurso em apenas 1.200 léguas. O equívoco está presente nos ensinamentos de Toscanelli, sábio florentino, e na “Imago Mundi”, obra em que o Cardeal Pedro d’Ailly resumiu os conhecimentos e crenças que empolgavam a pequena elite cujo saber permitia admitir para a terra a forma esférica.

No globo de Martins Behaim, surgido precisamente no ano de 1492, o continente asiático está representado no espaço ocupado, em realidade, pelas Américas e figura como uma massa de terra designada por Tartária, Cathay e Índia. Servindo-lhes de cobertura, vem consignado um imenso arquipélago em que Cipango (Japão), aparece como a ilha principal e de grande extensão.

Mas se faltavam a Colombo conhecimentos geográficos exatos, so-bejavam-lhe decisão e arrôjo de sorte que, tendo partido de Palos a 3 de agosto de 1492, já a 12 de outubro ancorava numa das Lucayas, na América Central, sua pequena frota de 3 caravelas. O desembarque teve lugar na ilha denominada de Guanahani, pelos nativos, e que Colombo chamou de São Salvador. Sua obstinada intuição descobrira a América; mas a glória de desvendar o Atlântico e mostrar ao mundo o caminho marítimo para as Índias basta para glorificar o Reino Lusitano.

6 — A DIVISÃO DO MUNDO PELA SANTA SÉ

O quadro geral da colonização ibérica no continente americano deverá ser apreciado à luz do papel político da Santa Sé, cuja autoridade era reconhecida como legítima para distribuir entre os príncipes católicos a prerrogativa de cristianizar os infiéis.

Esse poder conferia aos papas a faculdade de atribuir, a esta ou àquela nação, o direito de soberania sobre terras descobertas ou que viessem a ser conquistadas.

Quando Portugal, liderado pelo Infante Dom Henrique lançou-se ao mar, o fez com o apoio político da Igreja Romana cujos papas, a partir do século XIV, são unânimes em reconhecer aos soberanos lusos o direito às terras "descobertas e por descobrir no mar oceano".

Nesse terreno a interferência de Roma vem dos tempos do Papa Clemente, a quem Dom Afonso IV recorreu a fim de reivindicar direitos portugueses sobre as Ilhas Canárias. Com a conquista de Ceuta — que assinala o madrugar da ação lusa no ultramar — obteve Dom João I, do Papa Martinho, a bula "Sane Charissimus" (1418), que outorga ao empreendimento monárquico o caráter de cruzada, com tôdas as prerrogativas peculiares às expedições deste gênero.

Ao tempo do Infante Dom Henrique, Mestre da "Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo", a bula "Etsi Suscepti" (1442) concedia àquela entidade o direito de reter, administrar e legar terras — portuguesas ou não — que lhe fôsem doadas bem como as ilhas do "mar oceano". De acôrdo com essa autorização coube à Ordem de Cristo promover o povoamento e a exploração econômica das Ilhas da Madeira, Pôrto Santo, Açores e Cabo Verde, sendo que êsse tipo de colonização seria mais tarde aproveitado para o Brasil, quer quanto ao sistema administrativo em capitâneas hereditárias, quer quanto à natureza das culturas (cana-de-açúcar) e quanto ao regime de trabalho (escravo).

Novos privilégios foram concedidos à Ordem de Cristo pela bula "Romanis Pontifex" (1554) ato pelo qual o Papa Nicolau V outorgou-lhe a jurisdição espiritual das terras que se estendessem do Cabo "Não" até as Índias. Esta bula foi confirmada e ampliada dois anos mais tarde pelo Papa Calixto III que, na primeira "Inter Coetera", menciona expressamente não só as ilhas do oceano mas também "as zonas desde os Cabos Bojador e "Não" por tôda a Guiné e além até as Índias.

Pela bula "Orthodoxae Fidei" de 1486, o Papa Inocência III aplaudiu e incentivou Dom João II a prosseguir nos descobrimentos portugueses.

E, assim, bem compreensível que êste soberano ao ser informado por Colombo, de regresso da América, quanto à recente descoberta das novas terras lhe houvesse contestado serem tôdas pertencentes à sua coroa.

7 — AS BULAS DE ALEXANDRE VI

Com o insperado êxito de Colombo, perdeu Portugal da noite para o dia a liderança dos descobrimentos marítimos e, como se isso não bastasse, o Papa Alexandre VI — espanhol de nascimento — através de suas famosas "Inter Coetera", tratou de arbitrar um meridiano que servisse de raia divisória entre as conquistas lusitanas e as espanholas.

A primeira bula de Alexandre VI, datada de 3 de maio de 1493 — muito embora tivesse sido expedida ainda em abril — concedia aos Reis Católicos, seus herdeiros e sucessores, amplos direitos sobre todas as terras descobertas e por descobrir que não estivessem sob domínio temporal de outros Príncipes Cristãos.

Por demasiadamente vago e impreciso, este documento foi substituído por uma nova "Inter Coetera" datada de 4 de maio, mas expedida em junho e na qual o papa arbitrava como divisa o meridiano que passava a 100 léguas ao ocidente das Ilhas dos Açores e Cabo Verde. Dessa linha para o Ocidente tudo seria castelhano, e lusitano tudo que demorasse a Oriente.

Ainda por uma nova bula — "Eximiae Devotiones" — de 3 de maio do mesmo ano, mas expedida em julho, foram estendidos aos reis espanhóis os mesmos privilégios concedidos aos monarcas portugueses.

É fácil compreender o desagrado de Dom João II que via, dessa forma, comprometidos os direitos já conferidos pela Santa Sé a Portugal através de atos dos Papas Martim V, Eugênio IV, Nicolau V e Calixto III e nos quais a Igreja reconhecia, amplamente, a soberania portuguesa sobre as terras descobertas e por descobrir, bem como o direito lusitano à exclusividade da navegação para o Sul.

Além das diversas bulas existiam ainda o Tratado de Alcaçovas (1479), confirmado pelo Papa Xisto IV e, segundo o qual, os soberanos espanhóis renunciavam em favor de Portugal a qualquer expansão marítima "para além ou aquém Canárias, em frente da Guiné", ou seja, exatamente na região do Atlântico onde Colombo e seus sucessores vieram a realizar os seus descobrimentos.

8 — O TRATADO DE TORDESILHAS

Ante os protestos de Portugal que, repelindo a proposta linha de demarcação, não hesitou em preparar-se para a guerra, aquiesceram os Reis Católicos em negociar o Tratado de Tordesilhas (7 de junho de 1494), confirmado em 1506, por uma bula de Júlio II.

Conforme este novo ajuste o meridiano de demarcação foi deslocado para Oeste, e passou a ser considerado a 370 léguas das Ilhas de Cabo Verde. A nova linha, se contada da ponta do Tarrafal, na Ilha de Santo Antão — a mais ocidental das componentes do Arquipélago de Cabo Verde — riscaria o atual território brasileiro de Belém do Pará à cidade de Laguna, no litoral Catarinense.

Houvesse pois, prevalecido a raia divisória sugerida pelo malicioso Rodrigo Bórgia, e Portugal teria ficado deserdado na partilha do continente americano. Mesmo, porém, após o deslocamento da linha convencional 270 léguas para Oeste, ainda era mesquinho o quinhão português, estreita faixa litorânea que representava pouco mais de um terço do Brasil de hoje.

Dificuldades, na época insuperáveis, agravadas pela imprecisão dos termos do Tratado, impediram a demarcação geográfica da divisa

segundo a qual pretendia-se repartir o planêta entre os dois Reinos Católicos como se êle fôsse uma maçã, no dizer de Réclus.

Dessa incerteza decorreram as inevitáveis penetrações indevidas, procurando cada um dos rivais forçar a raia divisória para Leste ou para Oeste, segundo os seus interesses.

No Oriente, posse simbólica de Portugal, coube à Espanha infringir os termos do convênio, arrogando-se o direito às Ilhas Molucas; no Ocidente, onde Castela teve a parte de leão, foi a vez de Portugal extravasar da linha demarcadora.

Rio Branco que, como ninguém versou de forma objetiva e magistral os tratados de 1493, 1750 e 1777, demonstra a injustiça de ser atribuído a Portugal o papel de usurpador, pois tanto lusos como espanhóis ultrapassaram os respectivos limites.

Poucos protocolos diplomáticos terão tido na vida dos povos a larga repercussão que teve o Tratado de Tordesilhas que influiu, e até certo ponto condicionou, a expansão ibérica no continente americano. Por fôrça desse Convênio o Brasil, mais de um lustro antes do seu descobrimento oficial, já tinha fixada a sua fronteira ocidental. Dizemos descobrimento oficial porque, não só o vivo interesse de Portugal no sentido de deslocar o meridiano proposto por Alexandre VI, como vários outros indícios muito significativos, sugerem a crença de que o conhecimento de terras no hemisfério ocidental já fôsse do domínio das côrtes lusitanas, antes do descobrimento ser feito por Colombo. E, o que é mais significativo: sabiam que essas têrras não seriam as Índias.

Com a chegada de Cabral ao Brasil, em 1500, Portugal e Espanha, rivais na Europa, nas Índias e nas boas graças da Santa Sé, dão início à ingente tarefa de apossar as novas terras, e tem início uma pugna tenaz e cruenta que durará 3 séculos, luta esta que os seus descendentes — depois de politicamente emancipados — ainda prolongarão por mais meo século.

E como os portugueses jamais se conformaram com a linha de demarcação consagrada em Tordesilhas, segue-se que êste Tratado veio a representar a causa remota de tôdas as contendas de limites na América do Sul.

9 — O CONQUISTADOR IBÉRICO

Quando, em 711 os árabes invadiram a Península Ibérica, conquistaram-na quase integralmente. Apenas ao norte, nos montes Cantábricos, refugiou-se uma parcela da população que, constituída em comunidade, repudiou a dominação islâmica.

Governado por Pelágio, êsse núcleo foi crescendo e em sua expansão belicosa começou a repelir os infiéis para o sul, iniciando o movimento irresistível da Reconquista, verdadeira guerra santa que congregou não apenas a população ibérica, como também contingentes cristãos de todo o continente.

Essa gloriosa epopéia representa um fato histórico da mais alta significação, e ajuda a compreender a mentalidade do povo ibérico

contemporânea dos descobrimentos cujas características de extremo arrôjo, tenacidade e vigor têm-se constituído em objeto de admiração universal.

Caldeados na luta secular, autêntica cruzada contra os mouros duplamente inimigos — por infiéis e invasores — os povos peninsulares apresentam características idênticas, em que predominam o espírito de luta e o zêlo religioso.

Ânimo belicoso e misticismo são os traços que a tal ponto impregnam a ativa população ibérica, que as duas figuras típicas e decisivas da conquista e colonização do Nôvo Mundo são o Soldado e o Missionário, um e outro dotados de excepcionais qualidades de energia e sobriedade a par de inexcedível ambição.

10 — LINHAS GERAIS DOS DOIS EXPANSIONISMOS

A partir das primeiras horas do século XVI lusos e castelhanos começam a desenvolver, em correntes paralelas, atividades conquistadoras na América do Sul.

Tais correntes, no entanto, embora paralelas assinalam intensidades muito diferentes visto como Portugal, obcecado pela miragem do Oriente, durante três longos decênios, descurou quase por completo o seu domínio americano, enquanto que a Espanha desde o descobrimento empenhou-se ao máximo na tarefa ingente de conquistar e aposar as novas terras.

Esta primeira fase, na qual os espanhóis se avantajaram enormemente na conquista territorial, cessa por volta de 1580 quando, mercê de fatores vários — entre os quais avulta o bandeirismo paulista e a incorporação de Portugal à Coroa dos Felipes — inverte-se o ritmo das atividades nesta parte da América.

São agora os castelhanos que, tendo esbarrado ainda nos albores da conquista com os impérios Asteca e Incaico, concentram os seus recursos na exploração e apropriação de seus imensos tesouros; ao passo que os luso-brasileiros, que esperariam ainda um século pelo ouro das Gerais, investem freneticamente nos sertões em busca de escravos índios e de minerais preciosos.

Até 1530 muito pouco Portugal realiza na sua colônia: em 1501 é o "trato do Brasil" arrendado por Dom Manuel I; nova locação é feita em 1506, desta vez a um consórcio de comerciantes lisboetas que liderados pelo "cristão nôvo" Fernando de Noronha propunham-se explorar o comércio de pau-brasil. Terminado êste segundo contrato fica o território livre para quem nêle quisesse comerciar, desde que pagasse à Coroa o "quinto" das mercadorias exportadas. Durante essa fase aqui aportam a nau Bretoa (1511) e uma frota de dois navios (1513) que devassou cêrca de 700 léguas de costa tendo, possivelmente, atingido o Rio da Prata.

Note-se que a essa altura Balboa já descobrira o Pacifico, sendo que Cortez seis anos mais tarde daria início à conquista do México.

No Brasil, no entanto, continuavam existindo apenas raras e simples feitorias perdidas ao longo do litoral, malgrado começassem os

entrelpos franceses, ingleses e flamengos a exercer intenso tráfico com os naturais e praticar atos de pirataria.

Coubé a Dom João III tomar as medidas imprescindíveis à defesa do território pois que os intrusos, cada vez mais numerosos, foram levantando redutos em vários pontos da costa onde tentavam fixar-se.

É a fase das expedições guarda-costas iniciada em 1526 com a armada de Cristovão Jacques, logo seguida da de Antonio Ribeiro e Martim Afonso de Souza (1530).

Esta constitui a primeira expedição colonizadora e consignou alguns resultados positivos: explorou o litoral da foz do rio Gurupi até o Rio da Prata em cuja margem esquerda Pero Lopes de Souza implantou marcos da posse portuguesa; bateu e afugentou os piratas estrangeiros que comerciavam na costa; realizou duas entradas no sertão; regularizou a situação do arraial já criado por João Ramalho e seus mamelucos e fundou, em São Vicente (1532), o primeiro núcleo de colonização portuguesa no Brasil e que seria, até o ano de 1710, a dinâmica matriz de todo o Brasil meridional.

Ao tempo, portanto, em que Pizarro a golpes de espada preparava-se para abarrotar de ouro as arcas castelhanas, na América portuguesa a expedição de Martim Afonso de Souza realizava uma primeira e tímida tentativa de colonização.

Com a expedição de Mendoza, que levou ao Rio da Prata a conquista castelhana (1536), configuram-se no Atlântico leste, as duas primeiras áreas de influência: o foco português de São Vicente e a colônia castelhana do Rio da Prata.

A partir daí intensificam-se as iniciativas lusas de modo que em 1580, quando Portugal perde a sua autonomia política, o litoral brasileiro apresenta diversos núcleos em desenvolvimento.

Uma vez anexado à Coroa dos Felipes, Portugal perde a iniciativa político-militar e o seu vasto império asiático sucumbe aos assaltos da Holanda que, mercê da indiferença da Espanha, apodera-se das colônias portuguesas e se transforma na primeira potência colonial da Ásia.

Com êsse insucesso voltam-se, então, para a América as atenções lusitanas e, enquanto cai o ritmo expansionista dos espanhóis que se concentram na faina de exaurir os tesouros asteca e incaico, aliviando a pressão nos demais pontos, a pobreza dos portugueses, na insofrida busca do ouro, leva as legiões luso-brasileiras a galgarem o paredão costeiro e varejar resolutamente o sertão.

Tão madrugadora foi essa iniciativa, que as hostes luso-brasileiras conseguiram projetar o saliente ocidental do país a mais de 4.000 Km da costa, antes que os castelhanos tivessem descido das cordilheiras peruanas e dos altiplanos da Bolívia.

E se, ao Sul e a Sudoeste, tivesse faltado ao espanhol a eficiente colaboração do Estado Teocrático, é difícil imaginar onde estariam hoje as fronteiras do Brasil.

(Continua no próximo número)